



ENTRE SANTAS, BRUXAS E DISTOPIAS: A REPRESENTAÇÃO DO FEMININO NA LITERATURA ANGLÓFONA (IDADE MÉDIA– CONTEMPORANEIDADE)

SATORNO, Marla Silva do Vale¹

1 INTRODUÇÃO

Historicamente, a literatura anglófona participou da construção de imaginários sociais sobre a mulher, reproduzindo e legitimando normas de gênero de cada época, ao mesmo tempo em que ofereceu — por fissuras, ironias e deslocamentos — possibilidades de contestação. Da Idade Média aos dias atuais, é recorrente a redução do feminino a arquétipos disciplinadores, como a santa/mãe, a prostituta e a bruxa, figuras que organizam expectativas sobre corpo, sexualidade, voz e lugar social das mulheres.

O problema que orienta este texto consiste em compreender de que modo tais representações são produzidas, tensionadas e ressignificadas ao longo do tempo, observando quando a narrativa apenas espelha a ordem patriarcal e quando se converte em espaço de resistência e emancipação. A reflexão integra o trabalho desenvolvido na disciplina Literatura Anglófona e Gênero, no curso de Licenciatura em Letras com Inglês da Universidade Estadual de Feira de Santana, o que reforça sua dimensão formativa na construção de repertórios críticos para o ensino de literatura.

Nesse percurso, parte-se de personagens e obras emblemáticas — como a Mulher de Bath, de Geoffrey Chaucer; Desdêmona e Lady Macbeth, de Shakespeare; as heroínas de Jane Austen; Edna Pontellier, em *O despertar*; os ensaios e experimentações narrativas de Virginia Woolf; a distopia de Margaret Atwood; e o ensaio militante de Chimamanda Ngozi Adichie — para analisar como a agência feminina é, historicamente, negociada entre silenciamento, punição e reinscrição do desejo de autonomia.

¹ Mestre em Literatura e Diversidade Cultural. Professora Assistente de Literatura Anglófona e Gênero da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). E-mail: marla.vale@uefs.br.



Assim, o objetivo é traçar um panorama crítico (Idade Média– contemporaneidade) que evidencie a passagem de representações rigidamente normativas para narrativas cada vez mais plurais, sem perder de vista as continuidades: mesmo quando a mulher ocupa o centro da trama, frequentemente sua voz é mediada, controlada ou castigada, indicando a persistência de dispositivos simbólicos de gênero.

2 METODOLOGIA

Este estudo inscreve-se no campo da pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica e analítico-interpretativa, adotando como horizonte teórico-metodológico a crítica literária feminista e os estudos de gênero em sua interface com a história cultural. A investigação propõe uma leitura diacrônica da representação do feminino na literatura anglófona, abarcando um arco temporal que se estende da Idade Média à contemporaneidade, com o objetivo de mapear permanências, deslocamentos e ressignificações dos arquétipos femininos ao longo desse percurso.

A constituição do corpus analítico orientou-se por dois critérios fundamentais. O primeiro é o da relevância histórico-literária, que considera obras canônicas cuja circulação e permanência no repertório crítico as constitui como documentos privilegiados para a compreensão das negociações simbólicas em torno do feminino em diferentes períodos. O segundo critério é o da potência pedagógica, que seleciona textos frequentemente mobilizados em contextos de formação inicial e continuada de professores(as) de Letras, permitindo articular a análise literária a reflexões sobre prática docente, currículo e mediação de leitura. Assim, integram o corpus obras como *Os Contos da Cantuária*, de Geoffrey Chaucer; as tragédias *Otelo* e *Macbeth*, de William Shakespeare; os romances de Jane Austen, em especial *Orgulho e Preconceito*; *O despertar*, de Kate Chopin; os ensaios e narrativas de Virginia Woolf, notadamente *Um teto todo seu*; a distopia *O conto da aia*, de Margaret Atwood; e o ensaio militante *Sejamos todos feministas*, de Chimamanda Ngozi Adichie.

A análise comparativa das obras e personagens foi estruturada a partir de três eixos interpretativos articulados entre si. O primeiro eixo diz respeito à identificação e à historicização dos arquétipos de gênero, investigando como figuras recorrentes — a santa/mãe, a prostituta, a bruxa — operam como tecnologias morais que disciplinam



corpos, afetos e comportamentos femininos. O segundo eixo volta-se para o exame das estratégias narrativas de controle e de transgressão, buscando compreender os mecanismos textuais pelos quais a voz, o desejo e a agência das personagens femininas são autorizados, silenciados, punidos ou, em certos casos, reinscritos como potência crítica. O terceiro eixo propõe uma leitura contextual e intertextual, articulando as obras aos discursos filosóficos, religiosos, educacionais e políticos de suas respectivas épocas, em diálogo com formulações teóricas que fundamentam a crítica feminista contemporânea.

Essa abordagem analítica ancora-se em um diálogo sistemático com autoras(es) que têm pensado as relações entre literatura, gênero e poder. As reflexões de Mary Wollstonecraft sobre educação e cidadania iluminam a passagem do século XVIII para o XIX, enquanto os estudos de Elaine Showalter sobre a tradição literária feminina permitem compreender a emergência de uma "literatura de mulheres" como espaço de autorrepresentação. A obra seminal de Sandra Gilbert e Susan Gubar, *The Madwoman in the Attic*, fornece categorias fundamentais para pensar a ansiedade da autoria feminina e a figura da "louca" como duplo da mulher escritora. Judith Butler, por sua vez, contribui com a problematização do gênero como performance e como norma regulatória, desnaturalizando identidades fixas. O pensamento interseccional de bell hooks amplia a análise ao recolocar as questões de raça e classe no centro do debate feminista, enquanto Chimamanda Ngozi Adichie atualiza a discussão para a contemporaneidade ao insistir no caráter ordinário e cotidiano das injustiças de gênero. Autores como Terry Eagleton, em sua leitura materialista da literatura, também comparecem para situar as produções textuais em suas condições históricas de produção e recepção.

Desse modo, a metodologia adotada não se limita a descrever representações, mas busca compreender a literatura como campo de disputa simbólica — um arquivo de opressões, mas também um laboratório de reexistências. Ao articular análise textual, crítica feminista e historicidade, a pesquisa pretende contribuir tanto para a reflexão acadêmica sobre gênero e literatura quanto para a formação docente, oferecendo subsídios para práticas de leitura que problematizem estereótipos e ampliem o repertório crítico de futuros(as) professores(as) de língua e literatura.



3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise comparativa das obras selecionadas permite observar como a representação do feminino na literatura anglófona se transforma ao longo dos séculos, sem que se possa falar em uma evolução linear ou progressiva. O que se evidencia, antes, é um movimento complexo de permanências e deslocamentos, no qual arquétipos disciplinadores são reiteradamente acionados, mas também tensionados e ressignificados em contextos históricos distintos.

No período medieval, marcado por autoria predominantemente masculina e por forte regulação religiosa das condutas, a mulher emerge na literatura como figura a ser controlada por meio de um duplo movimento de idealização e demonização. De um lado, o arquétipo da santa/mãe consagra a pureza, o sacrifício e a obediência como virtudes femininas por excelência; de outro, as figuras da prostituta e da bruxa materializam o temor à sexualidade feminina não subordinada e ao conhecimento não autorizado. Esses modelos operam como verdadeiras pedagogias sociais, ensinando condutas e legitimando a vigilância sobre corpos e afetos. Contudo, mesmo nesse contexto de forte normatização, algumas personagens abrem brechas no imaginário patriarcal. A Mulher de Bath, em *Os Contos da Cantuária*, de Geoffrey Chaucer, reivindica para si a autoridade da experiência, recusando a docilidade como destino feminino e deslocando o centro moral da narrativa ao afirmar sua autonomia sexual e sua voz diante da autoridade religiosa e acadêmica.

A obra de Shakespeare, situada na passagem do medievo para a modernidade, intensifica essa ambivalência. Em *Otelo*, Desdêmona pode ser lida como encarnação da virtude silenciada: sua morte, decorrente da desconfiança e do ciúme masculinos, opera como restauração de uma ordem que não tolera a mulher que escolheu seu próprio marido e ousou ter voz. Já Lady Macbeth, em *Macbeth*, ao performar ambição e comando, desestabiliza a feminilidade passiva esperada e, por isso, é narrativamente punida — sua transgressão converte-se em culpa, loucura e morte. Evidencia-se, assim, um padrão que atravessará séculos: quando a mulher excede o lugar social que lhe é designado, a trama frequentemente constrói mecanismos de contenção que reafirmam, ainda que tragicamente, os limites do aceitável.

O século XVIII traz à cena as promessas iluministas de liberdade, igualdade e direitos universais, expondo, porém, uma contradição fundamental: a universalidade



proclamada pelos filósofos das Luzes raramente incluía as mulheres. É nesse contexto que Mary Wollstonecraft emerge como referência fundadora do pensamento feminista ao publicar a *Reivindicação dos direitos da mulher* (1792). Wollstonecraft não apenas defende a educação das mulheres como condição para sua participação civil, mas contesta a naturalização da fragilidade feminina e a redução da mulher às funções de esposa e mãe. Sua escrita inaugura um vocabulário político que desloca a figura da "mulher-santa" do campo da obediência religiosa e doméstica para o campo da cidadania, da razão e do pensamento, estabelecendo as bases para as lutas que se seguiriam nos séculos seguintes.

No século XIX, Jane Austen radicaliza a crítica pela via do cotidiano e do romance de costumes. Em obras como *Orgulho e Preconceito*, o casamento aparece não como desfecho romântico, mas como instituição econômica e moral que organiza a vida das mulheres e define seu lugar social. Personagens como Elizabeth Bennet tensionam as normas de classe e de gênero ao recusar alianças sem afeto e ao afirmar o direito de escolher, indicando que a autonomia feminina também passa pela possibilidade de dizer "não" — ao casamento conveniente, à submissão, à anulação de si. A literatura, nesse ponto, não se limita a descrever uma sociedade: ela torna visível o custo subjetivo de uma ordem que transforma a mulher em "projeto de família", expondo as negociações, as resistências e as feridas produzidas por essa economia afetiva e material.

A virada do século XIX para o XX amplia significativamente a tematização da interioridade feminina e do desejo como dimensões legítimas da experiência. Em *O despertar* (1899), Kate Chopin propõe uma protagonista, Edna Pontellier, que questiona os mandatos de esposa e mãe e busca uma existência para além dessas funções. Sua recusa, porém, é punida com o isolamento social e, finalmente, com a morte — indicando que, mesmo quando a literatura se dispõe a explorar a subjetividade feminina, as narrativas ainda encontram dificuldade em imaginar finais alternativos para mulheres que ousam desejar com autonomia. Virginia Woolf, já no século XX, desloca o debate para as condições materiais da produção literária. Em *Um teto todo seu* (1928), Woolf argumenta que a escrita feminina depende de condições objetivas — dinheiro, espaço próprio, tempo e reconhecimento — evidenciando que a autoria não é apenas questão de talento individual, mas de acesso a recursos materiais e simbólicos historicamente negados às mulheres. Sua reflexão



permite compreender por que tantas escritoras do passado precisaram negociar com arquétipos limitantes ou pagar o preço da transgressão.

Já na segunda metade do século XX, Margaret Atwood leva ao extremo a reflexão sobre o controle dos corpos femininos ao construir, em *O conto da aia* (1985), uma distopia que radicaliza políticas reprodutivas e linguísticas. Na República de Gilead, as mulheres são reduzidas a funções biológicas e sociais rigidamente hierarquizadas, e a tradição religiosa é mobilizada como dispositivo de legitimação da opressão. A obra de Atwood expõe como regimes autoritários reordenam os corpos femininos a partir de uma política do medo e da vigilância, mas também mostra as brechas por onde a resistência pode emergir — na memória, na solidariedade entre mulheres, na recusa ao apagamento da linguagem.

Na contemporaneidade, o ensaio de Chimamanda Ngozi Adichie, *Sejamos todos feministas* (2012), reaproxima o debate da vida ordinária e da esfera pública, insistindo que o gênero é uma "grande injustiça" que atravessa a educação, o trabalho, a socialização e as relações afetivas. Em diálogo com Adichie, bell hooks recoloca o feminismo como projeto de transformação coletiva, chamando atenção para as intersecções entre gênero, raça e classe, e ampliando o horizonte crítico das leituras literárias. hooks nos lembra que a luta por representação não pode ser dissociada das condições concretas de existência das mulheres, especialmente daquelas historicamente silenciadas também dentro do próprio feminismo.

Em síntese, o percurso analisado revela que a literatura anglófona transita de uma representação centrada em arquétipos fixos e disciplinadores para narrativas em que o feminino emerge como sujeito histórico — múltiplo, contraditório, atravessado por desejos e restrições. No entanto, a permanência de punições narrativas às figuras femininas transgressoras indica que a emancipação não se dá de forma linear ou definitiva; ela se constrói por meio de disputas contínuas, de reconfigurações simbólicas que operam tanto no interior dos textos quanto nas leituras críticas que deles fazemos. Do ponto de vista pedagógico, esse panorama oferece subsídios importantes para práticas de leitura que conectem texto e contexto, problematizem estereótipos e fortaleçam a formação crítica de futuros(as) professores(as) de língua e literatura, capacitando-os(as) a reconhecer na ficção não apenas um arquivo de



opressões, mas também um laboratório de reexistências e de imaginação de outros mundos possíveis.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso analisado evidencia que a representação do feminino na literatura anglófona não se limita a refletir o “espírito do tempo”; ela participa ativamente da fabricação (e da disputa) de modelos de mulher. Do medievo às distopias contemporâneas, a recorrência de arquétipos como santa, prostituta e bruxa revela o quanto o gênero opera como linguagem de controle social.

Entretanto, a literatura também produz contrapontos: personagens que falam, desejam, escrevem e escolhem abrem fendas no imaginário patriarcal, ainda que essas fendas sejam, muitas vezes, acompanhadas de punição narrativa. Ler criticamente essas tensões permite compreender como a autonomia feminina é construída em meio a negociações entre moral, instituição familiar, trabalho e autoria.

Como contribuição, o texto reforça a potência pedagógica de um panorama histórico-crítico para a formação docente: ao articular literatura e estudos de gênero, amplia-se o repertório interpretativo para aulas que tratem a ficção como documento cultural e como prática de emancipação, favorecendo leituras mais plurais e socialmente situadas.

PALAVRAS-CHAVE: Feminismo, gênero, literatura anglófona, representação do feminino, crítica literária.



REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos todos feministas**. Tradução de Cristina Baum. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- ATWOOD, Margaret. **O conto da aia**. Tradução de Ana Deiró. São Paulo: Rocco, 2017.
- AUSTEN, Jane. **Orgulho e preconceito**. São Paulo: Saraiva, 2020.
- AUSTEN, Jane. **Razão e sensibilidade**. São Paulo: Saraiva, 2012.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- CHAUCER, Geoffrey. **Os contos da Cantuária**. Tradução de Paulo Vizioli. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.
- CHOPIN, Kate. **The awakening**. Chicago: Herbert S. Stone & Co., 1899.
- EAGLETON, Mary. **Feminist literary theory: a reader**. Oxford: Wiley-Blackwell, 2011.
- GILBERT, Sandra M.; GUBAR, Susan. **The madwoman in the attic: the woman writer and the nineteenth-century literary imagination**. New Haven: Yale University Press, 1979.
- HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.
- SHAKESPEARE, William. **Macbeth**. São Paulo: Ridendo Castigat Mores, 2002.
- SHAKESPEARE, William. **Othelo**. São Paulo: Ridendo Castigat Mores, 2002.
- SHOWALTER, Elaine. **A literature of their own: British women novelists from Brontë to Lessing**. Princeton: Princeton University Press, 1977.
- WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos direitos da mulher**. São Paulo: Boitempo, 2017.
- WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu**. São Paulo: Círculo do Livro, 1928.
- WOOLF, Virginia. **Orlando**. São Paulo: Círculo do Livro, 1928.